

# **PERCEÇÃO SOCIAL SOBRE FLORESTAS NATIVAS E RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA E NO NORTE DO PARANÁ**

## **SOCIAL PERCEPTION ON NATIVE FORESTS AND ECOLOGICAL RESTORATION IN LAND SETTLEMENTS IN PONTAL DO PARANAPANEMA AND NORTHERN PARANÁ**

**Luiz Antonio Norder**  
luiz.norder@cca.ufscar.br

**Maurício Ventura Ursi**  
mventura@uel.br

**Ayres de Oliveira Menezes Júnior**  
ayres@uel.br

**Daniel Delatin Rodrigues**  
daniel\_delatin@hotmail.com

### **Resumo**

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa quantitativa baseada em questionários estruturados aplicados em amostragem aleatória e representativa nas regiões do Pontal do Paranapanema (SP) e do Norte do Paraná com a finalidade de caracterizar a percepção de assentados e técnicos extensionistas sobre florestas nativas e processos de restauração ecológica. A pesquisa evidencia, entre outros aspectos, que os assentados nas duas regiões manifestaram uma interpretação favorável em relação às florestas no assentamento e/ou em seu entorno; mostra também, entre outros aspectos, que predomina entre os assentados a intenção de participar de atividades de restauração florestal, inclusive de forma voluntária, o que contrasta com a percepção de uma limitada ação de extensão rural sobre este assunto.

**Palavras-Chave:** Gestão Ambiental. Restauração Ecológica. Extensão Rural. Assentamentos Rurais. Estudo de Percepção. Norte do Paraná. Pontal do Paranapanema.

### **Abstract**

This paper presents the results of a quantitative study based on structured questionnaires applied in random and representative sampling in the regions of Pontal do Paranapanema (SP) and Northern Paraná (PR) aiming to characterize the perception of land reform settlers and extension workers about native forests and ecological restoration. The research shows, among other issues, that the settlers in both regions expressed a favorable interpretation in relation to forests inside the settlements; it is also showed that prevails among the settlers an intention to participate in native forest restoration activities, including in voluntary basis, which contrasts with the perception of a limited extension action on this matter.

**Keywords:** Environmental Management. Ecological Restoration. Rural Extension. Land Settlements. Perception Study. Northern Paraná. Pontal do Paranapanema.

## Introdução

Os impactos ambientais e florestais das mudanças sociais representadas pela reforma agrária e da criação de assentamentos se inserem em um contexto mais amplo de preservação e/ou degradação ambiental. As políticas de assentamento de populações são estabelecidas ora no entorno imediato de unidades de conservação florestal, ora em regiões caracterizadas por uma acentuada destruição ecológica, ora nas imediações de fragmentos isolados de florestas nativas parcialmente preservadas. Neste heterogêneo contexto, destacam-se a recuperação de matas ciliares e reservas florestais, a criação de corredores ecológicos entre fragmentos florestais ou unidades de conservação, a implementação de sistemas agroflorestais, entre outras iniciativas, nas quais a participação dos agricultores na concepção e implementação articula-se com a criação de novas vinculações e sinergias entre diferentes instituições (CHABARIBERY et al., 2008; SANTOS et al., 2009; OLIVEIRA, 2011).

Diversas ações coletivas e políticas públicas têm sido formuladas nos últimos anos visando uma adequação e resignificação das áreas de conservação da biodiversidade na agricultura familiar. Estudos recentes ressaltam a importância, em um enfoque territorial para o desenvolvimento rural, da dimensão ambiental e seu componente florestal, tendo em vista suas funções ecológicas, paisagística, culturais e sociais (KAGEYAMA, 2004; BRANDENBURG; FERREIRA; SANTOS, 2004). A reprodução das condições sociais e econômicas na agricultura familiar tem sido também analisada em sua relação com os dispositivos normativos e com a legislação ambiental em vigor (NEUMANN; LOCH, 2002).

Este artigo analisa, em uma perspectiva regional, a percepção de agricultores e extensionistas sobre as interações com as florestas nativas e restauração ecológica em assentamentos no Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, e em três municípios contíguos no Paraná, a partir da realização de pesquisa quantitativa por amostragem aleatória e representativa, com a aplicação de questionário estruturado, como veremos no próximo item. As duas regiões pesquisadas caracterizam-se, de

acordo com classificação de Veloso, Rangel e Lima (1991), pela predominância da Floresta Estacional Semidecidual, cujos remanescentes somam, com grande fragmentação, cerca de 5% da situação original (IPARDES, 2013, p.6; DITT, 2002, p.28).

No Pontal do Paranapanema, além do Parque Estadual Morro do Diabo, criado em 1986 com 33.845,33 hectares, havia em 2002 cerca de 21.900 hectares de matas nativas espalhadas por mais 340 fragmentos florestais, dos quais apenas 13 com mais de 300 hectares. Estes remanescentes de “*extrema importância biológica*” têm sua origem ligada à “Grande Reserva do Pontal do Paranapanema”, criada em 1942 com 247 mil hectares, mas que foi submetida a um fraudulento e conflituoso processo de apropriação privada e convertida em áreas de agricultura e pastagem (DITT, 2002, p. 46).

A partir dos anos 90, as terras do Pontal do Paranapanema passam a ser disputadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais, cujas mobilizações levaram ao assentamento de mais de cinco mil famílias em mais de cem projetos de assentamentos na região. Com isso, a situação anterior de degradação florestal passou a ser administrada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Para Vilela Filho e Arraes (2011, p.4), os assentamentos “*resultaram num passivo ambiental para o Itesp [Instituto de Terras do Estado de São Paulo], permanecendo irregulares, ou seja, sem licença ambiental*” – um cenário que motivou a realização de diversas pesquisas e políticas públicas nos últimos anos.

No Paraná, pesquisas recentes também indicam a importância das ações voltadas para a preservação das áreas de preservação e de gestão dos recursos florestais (RIBEIRO et. al, 2011). Uma análise realizada em 2010 sobre as Reservas Legais (RLs) e Áreas de Proteção Permanente (APP) em 73 assentamentos paranaenses aponta para uma degradação de apenas 5% do total, aproximadamente, sendo que a dimensão das Reservas Legais nos assentamentos paranaenses era praticamente equivalente à das Unidades de Conservação Estaduais e de Proteção Integral. Com a criação dos assentamentos, o Estado passou a efetivar um conjunto de ações sociais e ambientais que dificilmente é encontrado em outros espaços rurais. Paralelamente, novas modalidades de políticas ambientais foram criadas, especialmente com “*o advento do licenciamento ambiental para a criação dos projetos de assentamento, [que] passaram*

---

*a desempenhar um papel fundamental no processo de recuperação e de conservação da biodiversidade do Estado do Paraná” (SONDA, 2010, p.97).*

Em um contexto no qual reitera-se a importância da participação das comunidades rurais nos processos de transformação socioambientais (CITAR PARTICIPAÇÃO), torna-se relevante a busca de informações sobre aspectos culturais e educacionais visando, entre outros aspectos, um aprimoramento do debate público e ações coletivas e interinstitucionais voltadas para o enfrentamento de temas de grande importância social e ambiental, como é o caso da conservação da biodiversidade e da restauração de florestas nativas. As informações regionais apresentados aqui referem-se à percepção de assentados e técnicos sobre interações sociais com florestas nativas e restauração ecológica.

Esta abordagem, mantendo suas especificidades temática e metodológica, remete à utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que busca produzir “*indicadores sociais que possibilitem verificar como a população avalia os serviços de utilidade pública disponíveis ou postos à disposição pelo Estado brasileiro*” (SCHIAVINATTO, 2011, p.253). No entanto, é possível avaliar não apenas a formulação e gestão de políticas públicas em setores específicos, como o da saúde (RODRIGUES et al., 2012), mas contribuir para a análise de diversos outros temas, entre os quais os ambientais, como mostram pesquisas sobre percepção de risco em áreas de mineração (VALENTE, 2008) e sobre educação (MARIN, 2008), entre outros.

A identificação da percepção social da população dos assentamentos rurais nas duas regiões selecionadas pode contribuir, principalmente, para uma ampliação da qualidade do debate público sobre as políticas públicas em geral e sobre as políticas ambientais, especificamente. Neste sentido, as próximas seções apresentam a metodologia e resultados da pesquisa sobre a percepção dos assentados em relação às florestas, suas formas de uso e interações com órgãos ambientais; analisa-se em seguida, mais especificamente, as informações obtidas sobre as interações com as Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais e o envolvimento de assentados das duas regiões e técnicos extensionistas da Fundação Itesp no Pontal do Paranapanema com iniciativas de restauração florestal nos lotes, nos assentamentos e fora deles.

## Metodologia da Pesquisa

A pesquisa realizada em assentamentos nas regiões Norte do Paraná e Pontal do Paranapanema teve o objetivo de produzir informações quantitativas de percepção social através da aplicação de questionário estruturado em amostragem aleatória e representativa. As famílias incluídas na amostragem foram selecionadas previamente, tendo como base a numeração oficial dos lotes, de acordo com a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As questões e respostas com múltipla escolha contemplaram temas como qualidade de vida e trabalho, produção agropecuária e agroecológica, gestão ambiental, restauração de florestas nativas e avaliação sobre os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), entre outros, de forma a obter dados referentes ao ano-base de 2010. Neste texto, analisaremos, especificamente, as informações geradas sobre conservação e restauração florestal.

Foram utilizados os parâmetros estatísticos da *Pesquisa Sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos do Brasil* (PQRA), publicada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2010, cuja amostragem de 2,0% permitiu o estabelecimento de uma margem de confiança de 95% para os resultados obtidos (INCRA, 2010).

Na região do Pontal do Paranapanema, formada por 32 municípios, vários deles entre os mais baixos IDHs do Estado de São Paulo, considerou-se um universo de 5.707 famílias assentadas, distribuídas em 108 projetos de assentamentos criados pelos governos federal e estadual até 2005, em uma área total de 138.681 hectares, o que perfaz uma média de aproximadamente 24 hectares por família; os assentamentos pesquisados existiam há pelo menos dez anos; em todos os casos, os serviços de assistência técnica e extensão rural vinham sendo prestados pela Fundação Itesp.

O questionário estruturado foi aplicado entre 13 de abril e 07 de maio de 2011 junto a uma amostra de 2,45% dos lotes (22% acima da utilizada na PQRA/INCRA), num total de 140 famílias selecionadas em 85 assentamentos situados em 14 municípios: Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante

do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Rosana, Sandovalina, Teodoro Sampaio e Ribeirão dos Índios.

Os Escritórios Regionais da Fundação da Fundação Itesp e o total de famílias e o número de assentamentos assistidos no momento da pesquisa eram os seguintes: Mirante do Paranapanema, 1.156/30; Presidente Bernardes: 589/12; Presidente Epitácio: 390/5; Presidente Venceslau: 1.072/22; Rosana: 628/4; Euclides da Cunha: 662/11; e Teodoro Sampaio: 1.210/24. Assentamentos com um pequeno número de famílias não foram incluídos no plano amostral por não terem sido sorteados; é o caso de assentamentos com menos de 30 famílias. Ainda assim, foi mantida a proporção de questionários aplicados em pequenos assentamentos em relação ao total. O mesmo ocorreu para os assentamentos pesquisados no Paraná.

No Norte do Paraná, foram selecionados três municípios contíguos, caracterizados por uma população majoritariamente rural e com predominância de atividades agropecuárias: Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Tamarana. Estes três municípios contavam em 2010, respectivamente, com populações de 23.554 (59% rural), 11.336 (50% rural) e 12.232 habitantes (52% rural). Trata-se de uma região que apresentava um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos no Paraná em 2000, sendo que o município de Ortigueira apresentou o mais baixo IDH (0,620) no Estado. Os municípios de São Jerônimo da Serra e Tamarana, com IDHs de 0,674 e 0,683, situavam-se entre os 25 municípios com o menor IDH no Estado, que contava com 399 municípios (IPARDES, 2003).

Dados oficiais do INCRA/PR indicavam um total de 520 famílias em sete assentamentos em Ortigueira, 282 famílias em onze assentamentos em Tamarana e 339 famílias em oito assentamentos em São Jerônimo da Serra, todos estes criados havia mais de dez anos. Os serviços de assistência técnica e extensão rural vinham sendo ofertados desde 2008 mediante convênio entre o INCRA e a Emater/PR (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) – e realizados por esta em parceria a Fundação Terra. A Fundação Terra é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), conforme Lei 9.790/99, criada em 2002 em uma Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Funcionários da Emater/PR. Foram preenchidos 71 questionários entre 09 e 14 de maio de 2011 em 20 assentamentos nos três

municípios paranaenses selecionados, o que corresponde a 6,2% do total de famílias assentadas – uma amostragem, portanto, três vezes superior à utilizada na PQRA/INCRA (2010).

As duas regiões pesquisadas apresentam histórico de conflitos sociais pela posse da terra e atuação de movimentos sociais, sobretudo a partir dos anos 90, com expressiva mobilização política com vistas à realização de programas de reforma agrária (CECÍLIO; PUZIOL; SILVA, 2010; BARONE; FERRANTE, 2012). A partir de 2005, os movimentos sociais e a criação de assentamentos nas duas regiões passaram, no entanto, por um expressivo refluxo.

Foi também realizada a aplicação de um questionário estruturado junto aos técnicos extensionistas da Fundação Itesp na região do Pontal do Paranapanema, com parte das questões elaborada de forma similar às apresentadas aos assentados, o que permitiu uma comparação da percepção dos mesmos com a dos assentados em relação à diversos assuntos. Foi obtido o preenchimento de 56 questionários de um total de 83 profissionais da Fundação Itesp atuando com ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) na região do Pontal do Paranapanema, o que corresponde a 67,4% do total. As questões também foram realizadas tomando 2010 como ano-base. Por motivos administrativos, não foi possível aplicar os questionários junto aos técnicos extensionistas da Emater na região selecionada no Norte do Paraná.

Os principais resultados da pesquisa sobre a região do Pontal do Paranapanema foram discutidos em atividade realizada no âmbito da programação *Itesp Debate*, em 12 de julho de 2012, que contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas, entre coordenadores e técnicos extensionistas e representantes de assentados e movimentos sociais. A atividade evidenciou que a construção de indicadores de percepção social em escala regional, como os que serão analisados a seguir, contribui significativamente para o debate público sobre o planejamento e as ações de assistência técnica e extensão rural.

Os dados foram produzidos no âmbito do Projeto de Pesquisa *Avaliação Participativa e Indicadores de ATER em Agroecologia e Restauração Florestal em Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (SP) e no Norte do Paraná (PR)*, financiado pelo CNPq e realizado por docentes do Departamento de Desenvolvimento

Rural da Universidade Federal de São Carlos e do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e estudantes das duas instituições.

## **Resultados da Pesquisa**

Para uma contextualização dos resultados da pesquisa sobre conservação e restauração florestal, é necessário salientar que a percepção dos assentados sobre os serviços de ATER, analisada a seguir, pode ser interpretada a partir de seu contexto local e regional. Neste sentido, a pesquisa evidenciou que as vinculações institucionais mais frequentes e consideradas positivas pela grande maioria dos assentados eram as que vinham sendo estabelecidas com o comércio local, com agências bancárias e com entidades religiosas. As relações com prefeituras foram estimadas como ótimas ou boas por 26% e 28%, respectivamente, no norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema.

Em relação à atuação da Fundação Itesp, órgão responsável pelos serviços de extensão rural no Pontal do Paranapanema, cerca de um terço dos assentados pesquisados afirmavam que vinham mantendo vinculações boas ou ótimas, enquanto 28,6% as apresentavam como ruins ou péssimas, ou seja, uma percepção um pouco mais favorável do que aquela manifestada em relação às prefeituras da região (para maiores detalhes, ver AUTORES).

Veremos a seguir os resultados da pesquisa sobre a percepção dos assentados sobre florestas de uma forma geral e sobre suas interações com Áreas de Proteção Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs), bem como sobre participação em iniciativas de restauração florestal.

## **Percepções sobre as florestas nos assentamentos**

A avaliação dos assentados em relação à presença de fragmentos florestais nos assentamentos foi majoritariamente positiva, ainda que com alguma diferença entre as duas regiões pesquisadas. No Pontal do Paranapanema, 84% dos assentados selecionados se manifestaram de forma positiva em relação às florestas, 7% com indiferença e 9% afirmaram que as florestas eram prejudiciais. No Norte do Paraná, 96,15% dos assentados

concebiam as florestas como um fator positivo para o assentamento e apenas 4% se mostraram indiferentes ou se diziam por elas prejudicados.

Algumas informações específicas permitem uma contextualização deste quadro mais geral. Há, por exemplo, uma circulação de animais silvestres por áreas agrícolas e fragmentos florestais, em contextos em que, em geral, caracterizam-se pela redução dos *habitats* e das fontes de alimentação destes animais, que muitas vezes passam a buscar alimentos nas áreas de cultivo ou de criação (MENDONÇA et al., 2011). A gestão desta interação com a fauna silvestre tem sido objeto de ações conjuntas e articuladas, incluindo a conservação e/ou ampliação das áreas protegidas, a recuperação das matas ciliares e/ou a criação de corredores ecológicos, bem como trabalhos de educação ambiental junto aos agricultores, no sentido de orientá-los para a realização de práticas de manejo que evitem danos aos animais e/ou à produção.

Apenas 12% dos assentados no Pontal do Paranapanema e 19,2% no Norte do Paraná responderam que se já tiveram algum prejuízo decorrente da ação de animais silvestres; predominava o entendimento que a fauna nativa não vinha prejudicando a produção: 75% no Pontal do Paranapanema e 71,2% no Norte do Paraná; 13% e 9,6%, respectivamente, que registraram prejuízos considerados pouco expressivos.

Informações sobre caça e extração de madeira são de difícil mensuração, com tendência à subestimação, uma vez que os agricultores que por ventura as praticam podem sentir-se em situação de insegurança e vulnerabilidade jurídica, dada a possibilidade de ameaças, represálias e denúncias (ANDRIGUETTO FILHO; KRÜGER; LANGE, 1998). Ainda assim, foi identificada uma incidência da prática de caça maior entre os assentados no Norte do Paraná (9,6% dos questionários) em comparação com os assentados no Pontal do Paranapanema (4,7%). No mesmo sentido, nota-se uma utilização mais recorrente de madeira oriunda das matas nativas no Norte do Paraná (17,3% dos questionários) do que no Pontal do Paranapanema (3,8%).

Em tal contexto, o acesso à informação torna-se de grande relevância. No entanto, apenas 27% de assentados no Pontal do Paranapanema e 30% no Norte do Paraná avaliavam que houve uma satisfatória divulgação de informações sobre acesso e uso das florestas nativas ao longo do ano de 2010; contrariamente, 73% dos assentados participantes da pesquisa no Pontal do Paranapanema e 70% no Norte do Paraná

afirmaram que receberam pouca ou nenhuma informação sobre este assunto. De forma similar, 8,9% dos extensionistas da Fundação Itesp no Pontal do Paranapanema reconhecem que estes aspectos não chegaram a ser incorporados às ações de extensão rural e 56,3% avaliam as ações neste sentido foram bastante limitadas.

A atuação no sentido de veicular com maior abrangência as informações sobre a legislação ambiental não se restringe, evidentemente, ao universo das agências de ATERs, uma vez que universidades, ONGs, cooperativas, associações, escolas, empresas de comunicação, agências ambientais e outras instituições podem contribuir para reforçar a importância destes conteúdos no cotidiano das comunidades rurais.

Outra característica identificada pela pesquisa foi a baixa incidência de situações de contraposição entre órgãos ambientais e assentados nas duas regiões pesquisadas. Mais de 90% dos respondentes afirmaram que não foram estabelecidas relações conflituosas com órgãos de fiscalização ambiental: 91,5% no Pontal do Paranapanema e 96,2% no Norte do Paraná. Apesar disso, há uma grande demanda (79% no Pontal do Paranapanema e 82,7% no Norte do Paraná) por informações sobre os dispositivos legais e normativos relacionados às atividades passíveis de serem realizadas nos remanescentes florestais.

### **Percepções sobre as Áreas de Proteção Permanente (APPs)**

Durante a realização da pesquisa, as Áreas de Proteção Permanente (APPs) eram consideradas aquelas com “*função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas*” (Art. 1º, § 2º, inciso II, da Lei no 4.771, de 1965) e se referiam a florestas e “*demais formas de vegetação natural*”, oscilando de trinta metros para os cursos d'água de menos de dez metros de largura a quinhentos metros para os cursos d'água com largura superior a seiscentos metros, além de um raio de cinquenta metros a partir de nascentes, topos de morros e áreas com inclinação superior a 45°, altitude superior a 1800 metros, entre outras situações. Naquele contexto, intensificava-se o debate político sobre as mudanças no

Código Florestal brasileiro, que resultou em uma redução nas exigências de conservação e restauração de áreas degradadas (GARCIA, 2012).

Há diferenças na percepção dos assentados das duas regiões pesquisadas sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) existentes nos lotes. Na região do Pontal do Paranapanema, 22,5% dos assentados responderam que possuíam APPs em seus lotes; no Paraná a presença de APP nos lotes foi identificada por 66,6% dos assentados consultados durante a pesquisa, ou seja, uma frequência três vezes maior. A topografia mais acidentada nos três municípios pesquisados no Norte do Paraná explica esta disparidade, que irá, evidentemente, repercutir em diversos outros aspectos relacionados à gestão florestal.

Na região do Pontal do Paranapanema, 37,9% dos assentados acreditavam que as APPs em seus lotes estavam degradadas e 17,3% as estimavam como parcialmente degradadas; 44,8% não indicavam a ocorrência de degradação. No Norte do Paraná, 18,4% dos assentados pesquisados qualificavam as APPs em seus lotes como degradadas, 23,9% como parcialmente degradadas e 58,7% como não degradadas.

Nos lotes com APP, 46,4% dos assentados no Pontal do Paranapanema e 28,9% no Norte do Paraná se dedicavam à produção animal. Em tal contexto, a instalação de cercas influi na dinâmica de conservação das APPs ou, nos casos em que as mesmas se encontravam em estado de degradação, nos processo de regeneração espontânea ou no sucesso de eventuais projetos de restauração florestal. No Pontal do Paranapanema, 34,5% dos assentados com APPs no interior de seus lotes afirmaram que não havia cercas separando as áreas de produção e as APPs; no Norte do Paraná, 40% dos lotes com APPs também não eram cercados. A maioria das famílias consultadas nas duas regiões relatou que havia cercas nas APPs em seus lotes. Apesar disso, 4,3% do total das famílias assentadas no Pontal do Paranapanema e 15% no Norte do Paraná vinham desenvolvendo atividades de criação animal nos talhões mais próximos às APPs sem que houvesse a instalação de cercas.

As APPs não vinham sendo utilizadas na produção por aproximadamente 70% das famílias situadas em lotes com a presença de cursos d'água nos assentamentos das duas regiões (72,4% no Pontal do Paranapanema e 69,6% no Norte do Paraná). No entanto, aqui também cabe uma ressalva sobre a possibilidade de subestimação, tendo em vista as situações de conflito que a ilegalidade da atividade pode gerar. Ainda assim,

foi possível delinear nas duas regiões um uso mais frequente das APPs com a criação animal, abrangendo 24,1% das famílias instaladas em lotes com APPs no Pontal e 30,4% no Norte do Paraná.

Os assentados que, de alguma forma, utilizavam as APPs situadas no interior de seus lotes com atividades agropecuárias representavam 6,2% do total de assentados ouvidos no Pontal do Paranapanema e 20,2% no Norte do Paraná.

A recuperação florestal das APPs nos lotes foi interpretada como algo bom ou muito bom por 19,4% do total de assentados no Pontal do Paranapanema e por 33,7% no Norte do Paraná. Predomina, no entanto, uma manifestação de indiferença em relação à possibilidade de restauração florestal entre a maioria dos assentados nas duas regiões, com 62,1% no Pontal e 54,5% no Norte do Paraná. Os que a indicavam como algo ruim ou muito ruim eram 20,7% no Pontal do Paranapanema e 13,6% no Norte do Paraná.

### **Percepções sobre as Reservas Legais (RLs)**

A presença de Reserva Legal na borda ou no interior dos lotes também representa um importante componente ambiental e territorial nos assentamentos. Em 2010, ano base da pesquisa, considerava-se Reserva Legal uma área com cobertura vegetal nativa no interior da propriedade ou posse rural “*por ser a vegetação necessária ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, à conservação da biodiversidade, à reabilitação dos processos ecológicos e também para viabilizar o uso sustentável dos recursos naturais*” (Art. 1º, § 2º, inciso III, da Lei no 4.771, de 1965), que deveria somar 80% de cada propriedade na região amazônica, 35% no cerrado e 20% nas demais regiões do país, como é o caso de São Paulo e do Paraná.

Para a realização da pesquisa sobre as Reservas Legais nos assentamentos, foi verificado, previamente, em cada caso, se a mesma era coletiva ou distribuída em lotes individuais - e as questões foram realizadas com menções explícitas à situação local. A maioria das famílias assentadas pesquisadas (83,5% no Pontal e 61,7% no Norte do Paraná) afirmou que não havia Reserva Legal no interior ou na borda de seus lotes.

As informações apresentadas aqui referem-se, portanto, aos 16,5% dos assentados no Pontal e 38,3% no Norte do Paraná que identificaram a presença de

reservas florestais no interior ou na borda de seus lotes. Neste subgrupo, 50% no Pontal do Paranapanema estimavam que as mesmas encontravam-se degradadas e 16,7% que estavam ao menos parcialmente degradadas, ou seja, dois terços do total dos questionários; no Norte do Paraná, para 24% dos assentados nesta mesma condição, as Reservas Legais estavam degradadas e parcialmente degradadas para 8%. As duas regiões pesquisadas apresentam certa diferença neste aspecto, uma vez que 33,3% dos assentados no Pontal não avaliavam que as Reservas Legais ao lado de seus lotes vinham apresentando alguma degradação, contra 68% dos assentados em situações similares no Norte do Paraná.

A realização de atividades produtivas no interior das Reservas Legais foi reconhecida por 13% dos assentados que se encontravam em seu entorno imediato no Pontal do Paranapanema e 16% no Norte do Paraná. Os dados da pesquisa levam a uma estimativa de que a população assentada em lotes situados na borda de Reservas Legais e que as utilizavam para alguma atividade produtiva representava 2,16% do total no Pontal do Paranapanema e 6,13% no Norte do Paraná. Cabe aqui, no entanto, duas ressalvas: a possibilidade de subestimação nas respostas e eventuais casos de utilização das Reservas por outros grupos que não os que habitam seu entorno imediato.

A presença de cercas para a proteção das Reservas Legais foi informada por 73,9% dos assentados no Pontal e 60% no Norte do Paraná. Isso é particularmente relevante quando se leva em conta que 45,4% dos assentados habitando o entorno imediato das Reservas Florestais no Pontal do Paranapanema e 43,5% no Norte do Paraná vinham trabalhando com criação animal nas áreas de seus lotes mais próximas às Reservas Legais. As atividades de produção animal sem a instalação de cercas nas áreas mais próximas às Reservas foram identificadas em 1,4% do total de assentados no Pontal do Paranapanema e em 5,6% no Norte do Paraná.

### **Percepções sobre restauração ecológica**

Para os assentados em cujos lotes há APPs, a possibilidade de realização de alguma atividade de restauração da biodiversidade nos assentamentos foi indicada como boa por 86,7% e muito boa por 6,7% dos assentados do Pontal do Paranapanema, ou seja,

93,3% do total de questionários aplicados; outros 6,7% se manifestaram indiferentes. Isso aponta para uma clara disposição favorável para iniciativas com esta finalidade. Todavia, como na região o percentual de lotes com APPs é reduzido, conforme exposto acima, apenas 15 assentados (10,7% do total de questionários respondidos) responderam a esta pergunta, o que reforça a importância de uma pesquisa específica, mais detalhada e com maior amostragem, sobre a percepção deste grupo de assentados.

Na região Norte do Paraná, do total de 23 questionários aplicados junto a assentados em cujos lotes havia APPs, não houve respostas indicando que uma eventual restauração florestal seria ruim ou muito ruim; cinco destes assentados (21,7%) se mostraram indiferentes e entre os demais (86,7%), uma eventual restauração florestal foi sinalizada como boa (14 respostas, 60,9%) ou muito boa (4 respostas, 21,7%).

Por outro lado, poucos assentados já participaram de atividades de restauração florestal seja em seu lote, no assentamento ou fora dele. No Pontal do Paranapanema, apenas 6,8% do total de assentados selecionados na pesquisa afirmaram já ter participado de alguma atividade de restauração florestal em seus lotes; no Norte do Paraná, apenas 8,8%. Em áreas coletivas, também levando em conta o conjunto de questionários aplicados, foi identificada a participação voluntária de 11,3% dos assentados no Pontal do Paranapanema e de 12,1% no Norte do Paraná; 10,3% disseram já ter participado, fora do assentamento, de atividades de restauração florestal, em geral de forma voluntária; apenas 0,74% participaram de forma remunerada em alguma iniciativa de restauração florestal. No Norte do Paraná, a participação remunerada não chegou a ser identificada e a participação voluntária ficou em 7,25% do total.

De qualquer forma, 89% dos assentados ouvidos no Pontal do Paranapanema e 92,7% no Norte do Paraná afirmaram que até aquele momento não haviam participado de qualquer atividade de restauração florestal. Na interpretação de 75% assentados no Pontal do Paranapanema e de 77,8% no Norte do Paraná com lotes contendo APPs, as agências de assistência técnica e extensão rural não vinham atuando para a recuperação florestal em seus lotes. Entre os extensionistas da Fundação Itesp no Pontal do Paranapanema, 37,5% informaram que não participaram de atividades de restauração florestal no ano-base da pesquisa, 2010; 35,7% responderam que atuaram pouco ou muito pouco com o

tema; 17,8% estimavam uma atuação razoável e apenas 8% afirmaram que trabalharam muito com esta temática junto aos assentados no Pontal do Paranapanema.

Segundo os assentados que integraram a pesquisa, também há uma incidência bastante reduzida, praticamente nula, de participação dos assentados em projetos para a criação de corredores florestais, ainda que 5,1% dos assentados do Pontal e 12,5% do Norte do Paraná soubessem da existência de atividades assim identificadas em suas comunidades; no Pontal do Paranapanema, 23,6% dos extensionistas da Fundação Itesp indicaram já ter participado de atividades com estas características.

A avaliação dos assentados das duas regiões sobre as ações das agências de assistência técnica e extensão rural para a restauração florestal no Pontal do Paranapanema (Fundação Itesp) e no Norte do Paraná (Emater/Fundação Terra) pode ser observada na Tabela 1. Destaca-se a estimativa de que 10,3% dos assentados no Pontal do Paranapanema e 14,9% no Norte do Paraná avaliavam que estas atividades haviam sido excelentes ou boas; os demais as consideravam insuficientes, nulas ou prejudiciais – avaliação partilhada por metade dos extensionistas da Fundação Itesp no Pontal do Paranapanema.

**Tabela 1:** Avaliação de Assentados e Técnicos da Fundação Itesp sobre as ações de ATER para restauração de florestas nativas nos assentamentos (2010)

	N	Excelentes	Boas	Insuficientes	Nulas	Prejudiciais
Norte do Paraná	68	1,47	13,24	4,41	64,71	16,18
Pontal do Paranapanema	136	2,94	8,09	8,82	69,12	11,03
Técnicos da Fund. Itesp	56	12,50	37,50	39,29	8,93	1,79

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Outro ponto importante refere-se à participação de outras instituições para além das agências de ATER em iniciativas voltadas para a restauração florestal; 89,9 e 84,4% dos assentados, respectivamente, nas duas regiões, não identificaram atividades com esta finalidade conduzidas por ONGs, universidades, sindicatos, prefeituras e outras instituições. No Pontal do Paranapanema, 6,2% identificaram a atuação de alguma destas instituições com restauração florestal; outros 3,9% percebem uma atuação, ainda que bastante restrita, destas instituições; no Norte do Paraná, 10,9% afirmaram que

houve atuação de ONGs, universidade, sindicato, prefeitura ou outra instituição para promover atividades de restauração florestal; para outros 4,7%, esta atuação, embora identificada, tinha uma efetividade bastante reduzida. Isso, por um lado, evidencia a reduzida diversidade de atores com ações efetivas nestes espaços, o que reduz as possibilidades de desenvolvimento de atividades ligadas à restauração florestal.

Por outro lado, 53% dos assentados do Pontal no Paranapanema e 50% no Norte do Paraná afirmaram que participariam voluntariamente de ações para a recuperação de florestas nativas nos assentamentos ou na região; 5,3% no Pontal do Paranapanema e 7,58% no Norte do Paraná responderam que participariam preferencialmente com remuneração e, respectivamente, 14,4% e 7,58% afirmaram que participariam apenas mediante remuneração; 27,3% e 34,8% dos assentados pesquisados nas duas regiões afirmaram que não pretendiam participar de atividades de restauração de florestas nativas.

Havia a indicação de disponibilidade de mão de obra para atuar de forma remunerada por parte de 51,5% das famílias no Pontal do Paranapanema e de 39,7% no Norte do Paraná. Entre os extensionistas da Fundação Itesp que responderam ao questionário, 92,7% manifestaram intenção de desenvolver ou ampliar suas ações para a recuperação de florestas nativas nos assentamentos.

### **Considerações Finais**

A pesquisa mostra que, embora haja diferenças nas condições e nas percepções das duas regiões pesquisadas, em geral com indicadores ligeiramente menos favoráveis no Pontal do Paranapanema em comparação com o Norte do Paraná, há um conjunto de características bastante similares quando as duas regiões são comparadas. Há uma incidência maior de utilização e, simultaneamente, uma percepção menos frequente de degradação das APPs no Norte do Paraná em comparação com o Pontal do Paranapanema.

O uso das APPs em alguma atividade produtiva foi reconhecido por 6,2% do total de famílias pesquisadas no Pontal e 20,2% no Norte do Paraná, considerando o universo dos que a elas tinham a lotes com cursos d'água. Predomina neste grupo uma manifestação de indiferença em relação à restauração florestal das APPs situadas no

interior de seus lotes, mas no Norte do Paraná a rejeição é menor (13,6%) e a aceitação é maior (33,7%) do que no Pontal do Paranapanema (20,7% e 19,4%, respectivamente).

A pesquisa também levantou informações sobre as interações com as Reservas Legais, em cujo entorno encontra-se um percentual maior de assentados no Norte do Paraná em comparação com o Pontal do Paranapanema. Neste grupo de assentados, apesar da possibilidade de subestimação, entre 13% e 16% dos assentados reconheceu a realização de alguma atividade produtiva em seu interior, o que representa 2,16% do total dos assentados no Pontal do Paranapanema e 6,13% no Norte do Paraná.

Pode-se afirmar que predomina uma percepção favorável em relação às florestas nas duas regiões e um uso relativamente frequente de recursos florestais, como, por exemplo, através da caça e da extração de madeira; também foi constatada uma ação relativamente limitada de extensão rural focando especificamente este assunto; e uma demanda por mais informações entre os assentados, ainda que os mesmos se deparem com uma reduzida incidência de situações de contraposição com órgãos de fiscalização ambiental.

Além disso, evidenciou-se que poucos assentados haviam participado de atividades de restauração florestal, menos que 10% nas duas regiões, ou da criação de corredores florestais. As ações das agências de extensão rural para restauração florestal foram avaliadas como excelentes ou boas por um grupo de apenas 10% a 15% dos assentados e os projetos de recuperação de florestas nativas conduzidos por ONGs, universidades, sindicatos, prefeituras e outras instituições eram desconhecidos por 85% ou mais dos assentados nas duas regiões pesquisadas.

Por outro lado, a disposição para participar voluntariamente de atividades de restauração florestal foi manifestada por aproximadamente metade dos assentados nas duas regiões, além de aproximadamente 20% que, de acordo com os questionários aplicados, atuariam preferencialmente de forma remunerada. Mais de 40% dos assentados afirmaram contar pessoas na família com disponibilidade para trabalhar de forma remunerada em projetos de restauração florestal.

O estudo aqui apresentado sobre a interação entre sociedade e florestas nativas nos assentamentos permite a identificação de um repertório cultural e um imaginário coletivo que apenas parcialmente se converte em ações e projetos capazes de ampliar o

universo de transformações socioambientais associadas à atuação dos movimentos sociais, das políticas públicas e dos processos de inovação no desenvolvimento rural.

## Referências

ANDRIGUETTO-FILHO, J.M.; KRÜGER, A.C.; LANGE, M.B.R. Caça, biodiversidade e gestão ambiental na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. **Biotemas**, vol. 11, n. 1, p. 133-156, 1998.

AUTORES. Referência.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.B. Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. **Dados**, vol. 55, n. 1, p. 755-785, 2012.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A.D.D.; SANTOS, L.J.C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 119-125, jul./dez. 2004.

CECÍLIO, M.A.; PUZIOL J.K.P.; SILVA, I.M.S. A espacialização da educação do campo no Paraná: uma forma de resistência do MST. **Teoria e Prática da Educação**, vol. 3, n. 2, p. 213-222, 2010.

CHABARIBERY, D. et al. Recuperação de matas ciliares: sistemas de formação de floresta nativa em propriedades familiares. **Informações Econômicas**, vol. 38, n. 6, p. 7-20, 2008.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DITT, E.D. **Fragmentos florestais no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume/Ipê/IIEB, 2002.

GARCIA, Y. M. O Código Florestal Brasileiro e suas alterações no Congresso Nacional. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p.54-74.

INCRA. **Pesquisa sobre qualidade da reforma agrária (PQRA/INCRA)**. Brasília: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 2010.

IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – 2000**: Anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba: IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), 2003.

IPARDES. **Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas do estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES (Instituto Parananense de Desenvolvimento Econômico e Social), 2013.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, vol. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 1, p. 203-222, 2008.

MENDONÇA, L.E.T. et al. Conflitos entre pessoas e animais silvestres no Semiárido paraibano e suas implicações para conservação. **Sitientibus**, série Ciências Biológicas, vol. 11, n. 2, p. 185-199, 2011.

NEUMANN, P.S.; LOCH, C. Legislação ambiental, desenvolvimento rural e práticas agrícolas. **Ciência Rural**, v. 32, n. 2, p. 243-249, 2002.

OLIVEIRA L.A. A percepção da qualidade ambiental. **Cadernos de Geografia**, vol. 12, n. 18, p. 29-42, 2002.

OLIVEIRA, R.E. **O estado da arte da ecologia da restauração e sua relação com a restauração de ecossistemas florestais no bioma Mata Atlântica**. 2011. 241 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2011.

RIBEIRO J.V. et al., Caracterização das Áreas de Preservação Permanente, da Reserva Legal e do Saneamento Básico Rural do Assentamento P.A Vale Verde, Ibiti, Paraná. In: **II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, 2011; Londrina: Universidade Norte do Paraná; 2011. 10 p.

RODRIGUES, M. L. et al. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 96-110, 2012.

SANTOS, J.D. et al. Gestão Sustentável do Agroecossistema e da Paisagem: assentamentos rurais na Mata Atlântica. **Cadernos de Agroecologia**, vol 4, n. 1, p. 4162-4165, 2009.

SCHIAVINATTO, F. (org.), **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Social Aplicada, 2011, 254p.

SONDA, C. Reforma agrária, desmatamento e conservação da biodiversidade no Estado do Paraná. In: SONDA, C.; TRAUZYNSKI, S.C. (Orgs.), **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no Estado do Paraná**. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, 2010, p. 83-100.

VALENTE, S.; FIGUEIREDO, E.; COELHO, C. Entre os riscos e os benefícios – análise da percepção social do risco em duas comunidades mineiras. **Anais do VI Congresso Português de Sociologia**, Lisboa, de 25 a 28 de junho de 2008.

VELOSO H.P.; RANGEL FILHO, A.L.; LIMA J.C.A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1991.

VILELA FILHO, L.R.; ARRAES, N.A.M. Gestão participativa de projetos: análise das publicações abordando projetos de desenvolvimento rural. In: **XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**; 2011; Belo Horizonte: Associação Brasileira de Engenharia de Produção; 2011. 13 p.

Recebido em 10/06/2014. Aceito para publicação em 03/01/2015.
--